



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHOS UNIVERSITÁRIO, DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E DE
CURADORES**

**NOTA DOS CONSELHOS SUPERIORES DA UFES SOBRE OS CORTES NO
ORÇAMENTO 2021**

Os Conselhos Superiores da Universidade Federal do Espírito Santo, na Sessão Pública Especial do dia 22 de março de 2021, decidiram, por unanimidade, manifestar a toda a sociedade sua enorme preocupação com o orçamento projetado para as universidades brasileiras, em especial para a Ufes, neste ano de 2021, cujos cortes e contingenciamentos presentes no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) colocam em risco o funcionamento da Instituição.

As universidades federais são instituições estratégicas para a promoção dos direitos sociais, em especial o direito à educação, e responsáveis pela quase totalidade do desenvolvimento científico e tecnológico do País, além da prestação de serviços essenciais e complementares à sociedade.

Nestes tempos de grande sofrimento para toda a população brasileira, de mortes e adoecimento em massa, é mister que as instituições promotoras de ações e políticas públicas, como as universidades federais, sejam protegidas e fortalecidas para que possam contribuir efetivamente para a superação dos graves problemas que enfrentamos. É preciso também assegurar que, ao final desse período excepcional – e esperamos que chegue breve –, elas estejam preparadas para repor os prejuízos que vêm se acumulando em decorrência da pandemia de covid-19, a qual se alonga por mais de um ano.

O PLOA 2021, se aprovado pelo Congresso Nacional tal qual se apresenta, promove uma redução de 17,5% no orçamento para as despesas discricionárias (aquelas que podem ser geridas pelas instituições para seu funcionamento) do conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Na Ufes, por exemplo, esse percentual atinge 16,5% na assistência estudantil e 29,98% nos recursos de investimento (capital). Considerando todo o orçamento destinado à Ufes nos três principais grupos (folha, custeio e capital), constata-se que 44,1% dos recursos estão condicionados e só poderão ser liberados mediante aprovação do Congresso Nacional.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHOS UNIVERSITÁRIO, DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E DE
CURADORES**

De forma geral, deve-se observar que a correção proposta para os orçamentos das Ifes para 2021 sequer alcança o índice de reajuste previsto pela PEC 95/16 (teto dos gastos), visto que o INPC apurado entre julho de 2019 e junho de 2020 foi de 2,13%, ao passo que, para o conjunto das Ifes, propõe-se um ajuste de 1,56%. No caso da Ufes, a correção proposta é de 0,81%. Deve-se estar alerta também à tramitação do PLOA, pois o relatório da área temática IV (Educação) introduziu modificações, no último dia 15 de março, que ampliam as perdas das Ifes, com redução de R\$ 2.082.000,00.

O orçamento de 2021 também aumenta a margem de alocação de recursos próprios, colocando a universidade numa situação irreal, porque os recursos que cada instituição consegue captar são destinados à execução dos próprios projetos dos quais decorre a captação, restando à Ufes cerca de 10 a 15% do montante total. A ampliação da margem de recursos próprios nos leva de volta a um debate já superado pelas universidades e pela sociedade, que é o malfadado projeto Future-se, contra o qual os Conselhos aqui reunidos já manifestaram sua discordância peremptória.

O cenário que se apresenta colocará todas as Instituições Federais de Ensino Superior diante da impossibilidade de fazer face a despesas elementares para o seu funcionamento, o que poderá inviabilizá-las. Nesse conjunto de despesas, estão incluídas aquelas destinadas ao custeio de sua infraestrutura básica, como as de água e luz, e as voltadas à assistência estudantil, fundamentais para garantir o acesso e a permanência dos estudantes de menor renda ao ensino superior, condição essencial para a mobilidade social de inúmeros jovens.

Não consideramos razoável ou aceitável que os princípios ditados pelos interesses do capital financeiro prevaleçam sobre os da maioria da população e que o Orçamento Geral da União continue sob as amarras de uma lei de teto de gastos, diante de um quadro tão calamitoso como este em que nos encontramos. Os desafios que enfrentamos hoje nos colocam numa situação de extrema excepcionalidade e vulnerabilidade, que exige dos governantes atuação compatível com as ameaças que estão postas. Nesse tipo de batalha, o amadorismo, as credices, as ações desprovidas de fundamento científico, as soluções mal dosadas ou adotadas com atraso custam milhares de vidas.

Por isso, fazemos um apelo para que os governos, em todos os níveis, construam



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHOS UNIVERSITÁRIO, DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E DE
CURADORES**

uma condição de colaboração e gerem iniciativas efetivas para que possamos superar, na maior brevidade possível, a crise que nos afeta. É preciso reverter a curva ascendente do gráfico de contaminações e mortes em decorrência da pandemia do coronavírus, é preciso adotar medidas responsáveis, firmes e efetivas para que a população seja de fato protegida. É necessário que se caminhe rapidamente para a vacinação em massa, a ampliação de testagens e a aplicação de investimentos voltados para o tratamento da doença.

Aos parlamentares, em específico, apelamos para que revertam o quadro em que as universidades foram colocadas do ponto de vista orçamentário e considerem o papel relevante que cumprem para o conjunto da sociedade, passando a reconhecê-las como parceiras e instituições estratégicas no enfrentamento da crise atual. É preciso defender e fortalecer a ciência para que possamos avançar e superar os desafios de hoje. É preciso fortalecer os sistemas de educação e de saúde públicos e, principalmente, garantir a vida e o futuro de todos.

Sala das Sessões, 22 de março de 2021.

PAULO SÉRGIO DE PAULA VARGAS
PRESIDENTE